

EXM^a SENHORA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE NISA

REGISTO DE ENTRADA

Procedimento

INFORMAÇÃO PRÉVIA - OBRAS DE URBANIZAÇÃO

(artº 9º do Dec.-Lei 555/99 de 16/12, republicado pela Lei 60/2007 de 04/09)

_____, estado civil _____,
profissão _____, contribuinte fiscal nº _____,
bilhete de identidade nº _____ de ____/____/_____, arquivo de identificação
_____, com residência/ sede _____,
nº _____, ____º andar, na localidade de _____, código postal _____ - _____,
telefone/ telem. nº _____, e-mail: _____,
freguesia de _____, Município de _____, na qualidade de
 Proprietário, Co-Proprietário, Mandatário, Arrendatário, Outro, requer nos termos legais
Informação Prévia sobre viabilidade e condicionamentos de Obras de Urbanização do prédio sito _____
_____, nº/Lote _____,
localidade _____, freguesia _____, confrontando
a Norte com _____, a Sul com _____, a Nascente com
_____, e a Poente com _____, prédio esse descrito na
Conservatória do Registo Predial sob o nº _____ e inscrito na respectiva matriz sob o nº _____.

Elementos a juntar no âmbito do art. 2º da Portaria nº 232/2008, de 11 de Março.
COMPROVANTES:

- Memória descritiva explicitando as obras, designadamente arruamentos, redes de abastecimento de águas, de saneamento, de gás, de electricidade e de telecomunicações e arranjos exteriores;
- Extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação dos planos municipais e extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, com a área objecto da pretensão devidamente assinalada;
- Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala 1:25000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;
- Planta da situação existente, à escala de 1:2500 ou superior, correspondente ao estado e uso actual do terreno e de uma faixa envolvente com a dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como a delimitação do terreno objecto da pretensão;
- Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução das obras de urbanização;

Assinatura do Requerente
